

O democratismo na cultura luso-brasileira

O democratismo corresponde a uma longa tradição em nossa cultura. O primeiro contato mais impactante que tivemos com o governo representativo deu-se por meio da Revolução do Porto de 1820. Esse movimento tinha motivação diversificada. Entre os elementos unificadores mais importantes encontrava-se o desejo de promover a volta do Rei, ausente, no Brasil, há mais de dez anos. Nesse período, o país fora vítima de sucessivas invasões estrangeiras. A guerra durou sete anos e produziu uma grande destruição. Morreram mais de cem mil pessoas. As cidades haviam sido saqueadas e devastadas enquanto a economia agrícola fora completamente desorganizada.

Terminado o conflito, o comando do exército manteve-se em mãos de oficiais ingleses. A insatisfação dos oficiais portugueses com essa situação foi reprimida em 1817, enforcando-se os implicados, entre eles militares de muito prestígio, conquistado durante a defesa do país. Na época da Revolução do Porto, havia cem mil homens em armas e sua manutenção consumia 75% das receitas públicas.

Tudo isto seria sanado com a volta de D. João VI, acreditava-se. Seu retorno promoveria a reconstituição das instituições e certamente a sua modernização, consoante a tendência do tempo. A Revolução do Porto atendia assim a profundas aspirações nacionais. Acontece que o movimento foi empolgado por partidários do democratismo. (1) E o país acabou sendo arrastado a uma situação de instabilidade política seguida de prolongada guerra civil.

Caracterizando o comportamento dessa liderança, José Hermano Saraiva escreve o seguinte: “Quase todos os deputados com formação universitária eram formados em Direito; o formalismo, a submissão do real ao conceitual e a ilusão de que são as leis que moldam os países estarão presentes em toda a sua obra legislativa. Eram, finalmente, ideólogos românticos, por vezes de exaltação mítica, com a qual substituíam uma completa inexperiência das contradições políticas; o caráter radical da Constituição que elaboraram, a atitude assumida para com o rei, quando este regressou; o conflito com o cardeal-patriarca, que foi expulso do País; a recusa de um parlamento bicameral (solução preconizada pelos elementos mais moderados como forma de diminuir a hostilidade das classes privilegiadas), são alguns dos resultados desse idealismo”.

A Constituição elaborada por tal liderança, inspirada na Carta espanhola, segundo o mesmo autor, adotava os seguintes princípios: “**idéia da soberania nacional** – o único verdadeiro soberano é a nação, não o rei. À nação compete declarar a vontade coletiva, e essa vontade exprime-se na lei. Para isso elege a Nação os seus representantes, só estes podem fazer a lei; **supremacia do poder parlamentar sobre o poder real** – as

Cortes são constituídas por uma só câmara, de mandato bienal, e eleita por sufrágio universal e direto, excluídos analfabetos, mulheres e frades. Exercem as suas atribuições sem dependência alguma. O rei não pode suspender as Cortes, dissolvê-las ou interferir no seu funcionamento. Compete-lhe apor, nos projetos de leis, a sanção e ordem de publicação. No caso de recusa, o projeto voltará às Cortes e, desde que aprovado por dois terços, o rei é obrigado a sancionar; **limitação da autoridade real** – o rei só tem, em princípio, a autoridade que a Nação lhe atribui, nos termos da Constituição. É o rei o chefe do poder executivo, que exercerá através de secretários de Estado por ele nomeados; mas as Cortes podem nomear os secretários de Estado quando perigar a liberdade da Nação ou o sistema constitucional. As decisões do rei só serão válidas, quando assinadas pelos respectivos ministros. E nem o rei nem os ministros poderão tomar qualquer iniciativa legislativa”.

O país foi inexoravelmente dividido entre partidários da monarquia absoluta (chamados de miguelistas, em decorrência da liderança de D. Miguel, irmão de D. Pedro) e partidários do democratismo. Na década de vinte, o Parlamento foi fechado. A guerra civil campeou de 1828 a 1834. Abdicando da Coroa do Brasil, D. Pedro envolveu-se naquele conflito e conseguiu recompor o sistema constitucional. Depois de sua morte, em setembro de 1836, o democratismo consegue novamente empolgar o poder e mais uma vez Portugal é arrastado à instabilidade, formando-se inclusive uma organização paramilitar, a Guarda Nacional, em que se apoiava o democratismo. O mais ativo desses batalhões, o dos **arsenalistas**, formado por trabalhadores do Arsenal e comandados por um dos chefes da Revolução de Setembro, deixara crescer as barbas, ao que se dizia, “para meterem mais terror à população inerme da Capital”. Impossibilitada de governar, a parte daquela liderança que se achava no poder decidiu-se por dar uma demonstração de força. Na noite de 13 de março de 1838, as tropas do governo cercaram os arsenalistas no Rossio e os metralharam.

O massacre do Rossio passou a se constituir um símbolo do exercício do poder pelo democratismo. Partindo de idealizações absurdas, cria uma situação de ingovernabilidade, ensejando soluções de força.

Ao contrário de Portugal, no Brasil o democratismo não conseguiu chegar ao poder no ciclo da Independência. Mas, até o **Regresso** de 1840, impediu virtualmente que se organizassem as instituições do sistema representativo.

Em seguida à proclamação da República, fez nova aparição no cenário nacional. Na década de noventa criou mais uma situação de ingovernabilidade. Naquela oportunidade, ao contrário dos anos quarenta, os liberais foram derrotados e a República optou pelo encaminhamento autoritário.

No século XX, em sucessivas ocasiões, o democratismo

contribuiu para o endurecimento do regime, a exemplo da década de trinta e dos anos sessenta. Evoluiu também para uma feição que foi denominada de **populismo**.

NOTAS

(1) Em nossa historiografia, durante muito tempo denominou-se essa vertente de **liberalismo radical**, inclusive os seus representantes brasileiros. Tal denominação acarretava grande imprecisão porquanto sua luta acaba sendo precisamente contra os liberais. Por esse motivo, o conhecido historiador português Joel Serrão propôs que fosse chamado de democratismo. Os partidários da Carta de 22 foram rotulados também em **vintistas** e seus seguidores do decênio seguinte de **setembristas**.

(2) *História Concisa de Portugal*. Lisboa, Ed. Europa-América, 1978. p. 259-260.